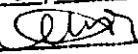


2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	D. 26/03/2001
C	
	Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 13654.000104/96-51**  
**Acórdão : 201-74.121**

**Sessão : 09 de novembro de 2000**  
**Recurso : 106.475**  
**Recorrente : MOAGEM PINHEIRO & ALVARENGA LTDA.**  
**Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG**

**FINSOCIAL – RESTITUIÇÃO** - Se há pagamento de tributo a maior que o devido, com base em declaração de inconstitucionalidade pelo STF das normas que veicularam o aumento da alíquota do FINSOCIAL, é de ser deferido o pedido de restituição desse valor pago indevidamente. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por: MOAGEM PINHEIRO & ALVARENGA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Neyle Olímpio Holanda.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2000

  
**Luiza Helena Garante de Moraes**  
**Presidenta**

  
**Jorge Freire**  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Valdemar Ludvig, João Berjas (Suplente), Rogério Gustavo Dreyer, Serafim Fernandes Corrêa, Antonio Mário de Abreu Pinto e Sérgio Gomes Velloso.

Imp/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

13.

**Processo : 13654.000104/96-51**

**Acórdão : 201-74.121**

**Recurso : 106.475**

**Recorrente : MOAGEM PINHEIRO & ALVARENGA LTDA.**

### RELATÓRIO

Retorna os autos após o cumprimento da diligência nº 201.04.931, de 13/04/2000, cujo objeto era a constatação do tipo de atividade que a empresa exercia ao tempo do pedido restituição do FINSOCIAL pago, eventualmente, a maior.

A diligência anexou os documentos de fls. 49 a 128, e à fl. 129 relatório da mesma, onde, em síntese, afirma-se que a empresa peticionante exerce atividade exclusivamente comercial.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J' or 'Ja'.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13654.000104/96-51  
Acórdão : 201-74.121

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JORGE FREIRE

A decisão recorrida, no momento de sua prolação, estava estribada em dispositivo legal que determinava que a Fazenda Nacional não constituísse créditos tributários, inscrevesse em Dívida Ativa da União e tampouco ajuizasse os débitos porventura já inscritos, relativamente ao FINSOCIAL (inciso III do art. 18 da MP 1.542, de 18/12/96), bem como que tal mandamento não implicaria em restituição de eventual quantia paga.

Todavia, como determina o art. 462 do CPC, o julgador deve, no momento de proferir a decisão, tomar em consideração fatos modificativos do direito a ser aplicado na lide, quer a requerimento da parte quer de ofício.

Assim, considerando que a norma mencionada na decisão recorrida ainda não foi transformada em lei e que até o presente a referida MP continua sendo reeditada, devo tomar em consideração na presente data a MP vigente. E vige hoje a MP nº 1973-66, de 27/09/2000, cuja norma explicitada no julgamento monocrático tem nova redação, sendo o mandamento do § 3º de seu artigo 18, o seguinte: "*O disposto neste artigo não implicará restituição ex officio de quantia paga*".

Consoante tal norma, e diante da iniciativa do sujeito passivo, uma vez não contestada a liquidez do pedido, é de ser provido o mesmo.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2000

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Jorge Freire".

JORGE FREIRE



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 22/05/2003  
Rubrica [Assinatura]

## EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO N° 201-74.121

Processo : 13654.000104/96-51

Recurso : 106.475

Sessão : 16 de outubro de 2001

Embargante: MOAGEM PINHEIRO E ALVARENGA LTDA.

Embargada : Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes

**FINSOCIAL – RESTITUIÇÃO – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA** – O valor a ser resarcido ao contribuinte deverá ser atualizado monetariamente de acordo com a Norma de Execução Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08, de 27/06/97.  
**Embargos conhecidos para esclarecer omissão no Acórdão nº 201-74.121.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração interpostos por: MOAGEM PINHEIRO E ALVARENGA LTDA.

DECIDEM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, acatar os embargos declaratórios, esclarecendo omissão no Acórdão nº 201-74.121, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2001

Jorge Freire  
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiza Helena Galante de Moraes, Rogério Gustavo Dreyer, Serafim Fernandes Corrêa, Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Antonio Mário de Abreu Pinto e Sérgio Gomes Velloso.

Eaal/ovrs/mdc



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO N° 201-74.121**

**Processo : 13654.000104/96-51**

**Recurso : 106.475**

**Embargante: MOAGEM PINHEIRO E ALVARENGA LTDA.**

**RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JORGE FREIRE**

Interpõe a peticionante, à fl. 159, com fundamento no art. 27 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, embargos de declaração ao Acórdão nº 201-74.121. Isto porque entendeu ter havido omissão no referido aresto, posto que este em não se manifestando acerca da correção monetária do valor a ser repetido, ensejou que a autoridade local encarregada de executar o julgado se abstivesse de aplicar a atualização monetária do valor ao enredo de que “*o voto do Conselheiro-relator Jorge Freire não permite a alteração do valor pleiteado pelo interessado*”.

Recebo os presentes embargos de declaração na forma do art. 27 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes.

De fato, o Acórdão embargado não se manifestou acerca da atualização monetária. Isto porque não houve litígio nesse sentido e porque a matéria é pacificada no próprio âmbito da Administração quando determina que em restituições e em compensações seja aplicada a Norma de Execução SRF/COSIT/COSAR nº 08/97. Este também é o entendimento pacífico desta Câmara. No que tange à Taxa SELIC, o Egrégio STJ já se manifestou reiteradas vezes no sentido de que tal índice traz embutido em si tanto a atualização monetária como os próprios juros. Portanto, não pode ser cumulada a Taxa SELIC com juros moratórios.

Assim, mesmo que a parte dispositiva do Acórdão não tenha sido expressa nesse item, de ofício deveria ser a referida norma aplicada.

Frente ao disposto, **acato os presentes embargos para declarar que o valor a ser restituído à contribuinte deve ser atualizado monetariamente de acordo com a Norma de Execução SRF/COSIT/COSAR nº 08, de 27/06/97. Fica resguardada à SRF a conferência, certeza, liquidez e efetivo ingresso dos valores.**

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2001

JORGE FREIRE